

Trabalho publicado em:

FLEURI, R.M. Filosofia no segundo grau. Educação e Filosofia. p.155-157, 1989.

Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewArticle/1877> .

Acesso em : 13 de abril de 2011.

FILOSOFIA NO SEGUNDO GRAU: PARA QUÊ? *

Reinaldo Matias Fleuri **

A luta pela volta da filosofia nas escolas de segundo grau está avançando no Brasil. Nesta caminhada, as Semanas de Filosofia realizadas pela Universidade Federal de Uberlândia e pela de Pelotas, em outubro de 1988, representam uma contribuição para se aprofundar o debate e explicitar propostas.

Nesta ocasião, verificou-se que o retorno da disciplina de filosofia à escola interessa, de modo geral, aos formados e formandos nesta área, uma vez que abriria mais o campo de trabalho. Com as novas oportunidades de emprego, haveria maior procura do curso de filosofia e as faculdades reencontrariam novo alento. As instituições particulares seriam estimuladas a investir nesta área e as estatais teriam como justificar a solicitação de verbas. O governo também poderia atender às reivindicações do movimento pela reintrodução da filosofia na escola de segundo grau, reaproveitando o espaço da já anacrônica disciplina de Moral e Cívica.

Nesta esteira, já se vêm elaborando propostas didáticas, com conteúdos programáticos prontos para serem apli-

cados em sala de aula. Muitas dessas sugestões de programação têm como pressuposto que o ensino de filosofia se dê como repasse de conhecimentos relativos a temas básicos das ciências humanas ou à história dos grandes pensadores. Assim, tal como na educação escolar em geral, todo o controle do processo pedagógico caberia exclusivamente ao professor que, a partir de conhecimentos anteriores ou com base em manuais didáticos, deveria planejar, dirigir e avaliar todo o processo de aprendizagem.

Mas se a disciplina de filosofia for encarada simplesmente como mais uma matéria a ser transmitida e cobrada pelo professor, conseguirá ela contribuir significativamente para a formação crítica dos estudantes? Não tenderá a se configurar como discurso — por vezes monótono e tedioso — que pouco tem a ver com a realidade e os interesses vitais do povo?

E, neste caso, a quem interessa o ensino da filosofia?

Não interessaria sobremaneira às classes dominantes, fazendo o jogo da

* Reflexões a partir do debate realizado durante as Semanas de Filosofia promovidas pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia e pelo Centro Acadêmico de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (UFPe), no mesmo período de 25 a 28 de outubro de 1988.

** Professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

dominação, por não romper com o caráter domesticador e alienante da escola? Nesta linha, a reintrodução da filosofia no segundo grau não serviria precipuamente como um fator de cooptação de professores, oferecendo-lhes a perspectiva de novo campo de trabalho? E, para os alunos, não seria apenas dourar com o nome de "filosofia" a mesma doutrina da "Moral e Cívica"?

Estas indagações nos desafiam a buscar uma nova proposta de filosofia que possa contribuir efetivamente para a formação crítica dos estudantes e, até mesmo, para o avanço das lutas populares.

Tal proposta deveria promover a conscientização e alimentar processos de resistência e de mudança das relações de exploração e dominação.

Pode a filosofia contribuir para isso?

Evidente é que se o seu conteúdo for constituído por conceitos fragmentados que nada têm a ver com a realidade vivida, dificilmente ajudaria os estudantes a desenvolver uma compreensão crítica do mundo. Isto só poderia acontecer se a reflexão filosófica se configurasse como uma busca de compreensão radical e global dos problemas concretos.

Da mesma forma, se o ensino de filosofia se restringir à transmissão e repetição de algumas idéias genéricas, pouco estimularia a criatividade e a participação, indispensáveis para se transformar as relações sociais opressivas.

Todavia, a filosofia pode, sim, contribuir para a formação da consciência crítica, desde que se constitua como um "filosofar coletivo", ou seja, como uma busca dialógica de se compreender e se resolver os problemas fundamentais da realidade em que vivemos.

Isto só pode acontecer quando o grupo assume-se como "sujeito" do filosofar, tendo como seu "objeto" de estudo os problemas principais de seu contexto.

Nesta perspectiva, a sua "metodologia didática" deve, em primeiro lugar, estimular os integrantes do grupo a explicitar e identificar as próprias necessidades, que os mobilizem na busca de compreender e superar as contradições geradoras dos problemas enfrentados na sociedade. Em segundo lugar, deve permitir que o grupo avalie continuamente sua caminhada, de modo que consiga dirigi-la conforme seus principais interesses.

O "filosofar", destarte, se constitui numa proposta capaz de contribuir efetivamente para a transformação do sentido opressor da escola e da sociedade, sentido este reforçado pela prática alienante do ensino da filosofia aceita inicialmente.

Em suma, de um lado, o movimento pela volta da filosofia à escola de segundo grau parece corresponder a interesses corporativistas de professores, estudantes, instituições particulares e estatais. De outro lado, porém, manifesta a contradição entre duas

propostas divergentes: uma que corresponde ao ensino livresco e repetitivo, em nada contribuindo para a superação do caráter autoritário e opressor da escola e da sociedade; outra que

consiste no filosofar participativo, ou seja, no debate em que se busca explicitar a compreensão crítica e fomentar a transformação da realidade vivida.